

RESENHA

NOGUEIRA, Rodrigo. Como nascem os monstros: a história de um ex-soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013. 606 p.

Pedro Helder Lopes Galvão¹

¹ Bacharel em Segurança Pública pelo Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Rodrigo Nogueira em sua estreia como romancista nos brinda com uma obra que ao longo de suas 606 páginas, cirurgicamente dividida em treze capítulos, revelam-nos traços marcantes e porque não dizer chocantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). O autor mostra bastidores do complexo jogo de poder e corrupção que aflige a PMERJ que, segundo ele, encontra-se doente, viciada e agonizante, contaminando de moléstias graves grande parte de seus componentes. Essa realidade institucional é exposta através das aspirações, questionamentos e insucessos de Rafael, protagonista do enredo em análise, que no decorrer do romance passará por uma metamorfose que o transformará no monstro que intitula a obra.

Com uma leitura fácil e envolvente, a obra prende a atenção do leitor intercalando doses de reflexão e excitação. Fazendo uso de um narrador onisciente, o autor passeia pelos pensamentos e anseios do protagonista, e em algumas passagens chega a dialogar com o leitor. Muito bem construída e repleta de artifícios literários, a narrativa utiliza-se da figura sintática analepse (*flashback*), muito presente nos romances machadianos. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é um desses exemplos, através da qual a narrativa inicia-se e em determinado ponto é remetida a momentos passados e finda-se fechando um ciclo. Essa interrupção na sequência temporal salta aos olhos em *Como nascem os monstros*.

O autor também enriquece o texto fazendo menção a diversos pensadores e suas obras literárias, como H.G.Wells (*A Máquina do Tempo*), Vladimir Nabokov (*Lolita*) e George Orwell (*A Revolução dos Bichos*), ainda mais Kafka e Nietzsche. Porém, o que realmente marca a estética do texto é o uso constante de gírias e jargões policiais, termos próprios da “*cop culture*”, que apesar de serem singulares à cultura organizacional policial, tornam-se compreensíveis devido à forma contextualizada em que são empregadas, bem como as inúmeras notas de rodapé muito bem distribuídas ao longo de toda a narrativa.

A enfermidade epidêmica que acomete a PMERJ e contamina seus membros se prolifera por meio de dois vetores principais: a cultura organizacional e a convivência estatal. A cultura organizacional diz respeito a um conjunto de crenças, valores e princípios partilhados pelas pessoas em uma organização e a mesma revela-se nas instituições militares de forma bem incisiva, especialmente nos símbolos, mitos e ritos

organizacionais, mecanismos pré-programados para formatar o indivíduo de acordo com os valores institucionais. No livro essa socialização organizacional é expressa na vida de Rafael no período vivenciado na Marinha. Um relato claro desse processo de internalização está presente na fala do narrador ao afirmar, (...) “não importa para onde for nem o que se torne, a Marinha sempre estará com ele”.

Na visão do autor, a cultura organizacional da PMERJ foi moldada tendo como pilares a violência e a ilegalidade. A construção desse *habitus* corporativo criminoso inicia-se com o ingresso nas fileiras da instituição, pois nela o policial não é treinado para servir à população. Essa má formação é mascarada, e tudo é visto de maneira muito superficial, do Direito Penal à Filosofia e Sociologia, por vezes inexistentes. Fomenta-se ainda uma cultura de policiamento beligerante, na qual o “policial soldado” em apenas sete meses será doutrinado a aguardar e decidir se vai puxar ou não o gatilho e matar alguém. Ele terá que desenvolver discricionariedade suficiente para decidir entre o uso de um fuzil ou de uma caneta, uma vez que na grande maioria das vezes seu “inimigo” não usará uniforme, não terá uma bandeira nem mesmo um ideal, será apenas um homem comum, alcoolizado.

Essa cultura organizacional deturpada também é expressa por meio das primeiras práticas criminosas de Rafael ainda no período de estágio, no qual mediante o contato com os “antigões”, vivencia a tortura, a extorsão e o roubo em todas as suas modalidades. Essas ações, sempre orientadas para o ganho de algum dinheiro, serão fatores preponderantes para o cometimento das mais vis atrocidades. Nessa fase, nosso protagonista começa a interiorizar as justificativas no tocante às práticas daquelas atividades ilícitas, “o dinheiro da extorsão era dividido por igual entre todos, e aí Rafael não via nada de mais em ficar com sua parte (...). Por mais que se indignasse, nesse ponto a extorsão era vantajosa, porque tirava o dinheiro que seria dado ao tráfico, ao mesmo tempo em que mexia com uma coisa que doía no viciado: o bolso”.

A chamada convivência estatal é personificada pelo abandono que a PMERJ sofreu desde o fim da ditadura e que, segundo o texto, vem causando-lhe sequelas virtualmente irreversíveis. O ranço do militarismo fez com que o policial militar fosse ignorado por grande parte da sociedade. A “racionalidade limitada” do policial é exposta pelo autor da seguinte forma: enquanto ele ganhar pouco não terá dinheiro

para estudar, e ficar inteligente não custa só dinheiro, exigindo também tempo. Na busca por mais recurso ele se submeterá a trabalhos extras, que lhe furtarão o tempo necessário para estudar, pensar e logicamente questionar. A perpetração desse estado de miséria em conjunto com a alienação do policial o faz peça fundamental desse articulado sistema estatal, que na visão de Rodrigo Nogueira oportunamente o utiliza como massa de manobra, tendo nele um bode expiatório para dissuadir suas debilidades. No contexto deste sistema de corrupção e poder, é apresentado ao leitor o organograma criminoso de uma unidade policial que linearmente contempla todos os membros da instituição, do PO² dos recrutas até o “arrego” de comunidades inteiras por parte do coronel comandante do batalhão. A manutenção desse estado marginal tem a conivência velada de muitas autoridades, as quais cobiçam o poder político gerado nas comunidades, transformando-as em verdadeiros currais eleitorais.

Por outro lado, as políticas de segurança pública, ao contrário do que vendem, não estão nem um pouco preocupadas com a eficiência da polícia, pois visam apenas mascarar a real intenção de proteger a classe dominante, segregando cada vez mais os menos abastados. No tocante a este ponto o autor referencia que a PM carioca foi criada em 1809 não para proteger a sociedade, mas sim a família real portuguesa, sendo hoje essa realeza formada por quem com muito dinheiro e influência compra seu título de nobreza.

Na parte final do livro o leitor, após saborear dos bastidores dessa nefasta e generalista visão institucional, desfruta dos detalhes que levaram nosso protagonista à clausura, fato revelado já de início pelo autor. O desfecho em si não é dos mais surpreendentes, pois, nada mais óbvio que sua execração pública ter sido condicionada pelo corruptor sistema apresentado. Entretanto, a principal percepção que fazemos é que Rodrigo Nogueira tenta mostrar que como uma doença o mal também pode ser adquirido, para isso faz uso da difundida ideia de Jean-Jacques Rousseau na qual o homem é naturalmente bom, sendo a sociedade a responsável por sua corrupção, e condiciona dessa forma a triste metamorfose sofrida por Rafael aos eficazes mecanismos de socialização da cultura organizacional da PMERJ.

²Policciamento ostensivo, ou melhor, modalidade de patrulhamento policial militar nas ruas.